

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2886454320201026173151

Processo 0819990-97.2020.8.23.0010 ☆ - (80 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais	Informações Adicionais	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div>					
<div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor Público <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>					
49 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 49			500 por pág.		1
Seq.	Data	Evento	Movimentado Por		
<input type="checkbox"/>	49	26/10/2020 17:31:51	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE		
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (08/10/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
		49.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA	2744712IMPUGNACAOALAUDOPERICIAL01.pdf	Público
		FILHO			
	48	22/10/2020 00:02:05	DECORRIDO PRAZO DE PERITO ROGERIO LEONARDO DE PAULA DIAS		
		(Para Perito Rogerio Leonardo de Paula Dias *Referente ao evento (seq. 23) PROFERIDO	SISTEMA CNJ		
		DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(26/08/2020) e ao evento de expedição seq. 28.			
	47	19/10/2020 00:03:24	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
		(Pelo advogado/curador/defensor de GEZAMAR FERREIRA CUNHA) em 19/10/2020 com	SISTEMA CNJ		
		prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 43) JUNTADA DE LAUDO (08/10/2020)			
		e ao evento de expedição seq. 44.			
	46	09/10/2020 09:51:25	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
		S/A) em 09/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 43)	Procurador		
		JUNTADA DE LAUDO (08/10/2020) e ao evento de expedição seq. 45.			
	45	08/10/2020 20:11:38	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO		
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	Kennia Elen de Oliveira Lima		
		S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 43) JUNTADA DE LAUDO	Analista Judiciária		
		(08/10/2020)			
	44	08/10/2020 20:11:38	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO		
		Para advogados/curador/defensor de GEZAMAR FERREIRA CUNHA com prazo de 15 dias	Kennia Elen de Oliveira Lima		
		úteis - Referente ao evento (seq. 43) JUNTADA DE LAUDO (08/10/2020)	Analista Judiciária		
<input type="checkbox"/>	43	08/10/2020 17:42:13	JUNTADA DE LAUDO		
			Rogerio Leonardo de Paula Dias		
			Perito		
	42	26/09/2020 00:02:26	DECORRIDO PRAZO DE GEZAMAR FERREIRA CUNHA		
		(P/ advgs. de GEZAMAR FERREIRA CUNHA *Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE	SISTEMA CNJ		
		PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO (24/08/2020) e ao evento de expedição seq. 19.			
<input type="checkbox"/>	41	21/09/2020 16:23:02	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE		
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
		EXPEDIENTE (13/08/2020)	Procurador		
	40	17/09/2020 00:03:48	PRAZO DECORRIDO		
		Sem Resposta - (Referente a(o) MANDADO determinado pelo evento PROFERIDO	SISTEMA CNJ		
		DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(26/08/2020). Parte: GEZAMAR FERREIRA CUNHA			
	39	16/09/2020 15:08:07	LEITURA DE MANDADO REALIZADA		
		MANDADO lido em 08/09/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 30) EXPEDIÇÃO	JOSE CLEAN DA SILVA SOUSA		
		DE MANDADO (28/08/2020 13:29:54). Parte: GEZAMAR FERREIRA CUNHA	Analista Judiciário		
	38	16/09/2020 00:04:44	DECORRIDO PRAZO DE GEZAMAR FERREIRA CUNHA		
		(P/ advgs. de GEZAMAR FERREIRA CUNHA *Referente ao evento (seq. 23) PROFERIDO	SISTEMA CNJ		
		DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (26/08/2020) e ao evento de expedição seq. 26.			
<input type="checkbox"/>	37	08/09/2020 16:45:20	RETORNO DE MANDADO		
		Referente ao evento (seq. 30) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (28/08/2020 13:29:54). Parte:	Naryson Mendes de Lima		
		GEZAMAR FERREIRA CUNHA	Oficial de Justiça		
	36	07/09/2020 00:04:33	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
		(Pelo advogado/curador/defensor de GEZAMAR FERREIRA CUNHA) em 08/09/2020 com	SISTEMA CNJ		
		prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 23) PROFERIDO DESPACHO DE MERO			



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo: 08199909720208230010**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GEZAMAR FERREIRA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NAI6808**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Verifica-se que o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que o mesmo deixou de sanear tal pendência, MESMO COM AS NOTIFICAÇÕES ENVIADAS PELA RÉ, acarretando no cancelamento do sinistro, não cumprindo as exigências da Lei que regula a matéria, bem deixando de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito graduou a lesão avaliada e utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Entretanto, conforme apresentado na peça de bloqueio, não há que se falar em indenização a parte autora, haja vista a vítima ser proprietária do veículo e encontrar-se inadimplente, motivo pelo qual a seguradora não possui a obrigação de indenizar.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, bem como o fato da autora ser proprietária inadimplente, com a consequente improcedência da presente ação.

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Assim, requer que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 22 de outubro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**